



## Comissão pode votar FGTS para quitar imóvel de pais ou filhos

Projeto, que deverá ser analisado amanhã em votação final, prevê o resgate do fundo para saldar ou amortizar débito de financiamento de familiar do titular da conta

Gilberto Marques/Governo de São Paulo



Proposta muda a Lei do FGTS para permitir que o trabalhador use o fundo não só em imóvel pessoal, mas também para quitar ou reduzir financiamento de familiares

**A** Comissão de Assuntos Econômicos pode votar amanhã projeto que autoriza o resgate do FGTS para a quitação ou amortização de débitos de imóveis de pais ou filhos do trabalhador titular da conta.

O texto também permite que o fundo seja usado para quitar dívida de imóvel rural e adquirir imóvel que seja objeto de inventário da família do titular. No último caso, um dos herdeiros pode comprar as partes dos demais com recursos do FGTS.

O projeto terá votação final na comissão e, se for aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados. **3**

### Colegiado debaterá hoje trabalho e Previdência rural

Uma audiência hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vai debater Previdência e trabalho, com foco na área rural.

A proposta de reforma da Previdência do governo

altera a idade mínima para a aposentadoria de trabalhadores rurais para 60 anos, tanto para homens, como para mulheres. Hoje os homens do campo se aposentam com 60 anos e as mulheres, com 55. **3**

Marcos Oliveira/Agência Senado



A PEC iguala a idade para aposentadoria rural de homens e mulheres

**Senadores prestam homenagem às mulheres **2****

**Cigarro com sabor e aroma pode ser proibido no país **3****

### ARQUIVO **S**

Ministério das Relações Exteriores



Rio Branco foi responsável por concluir o traçado das fronteiras

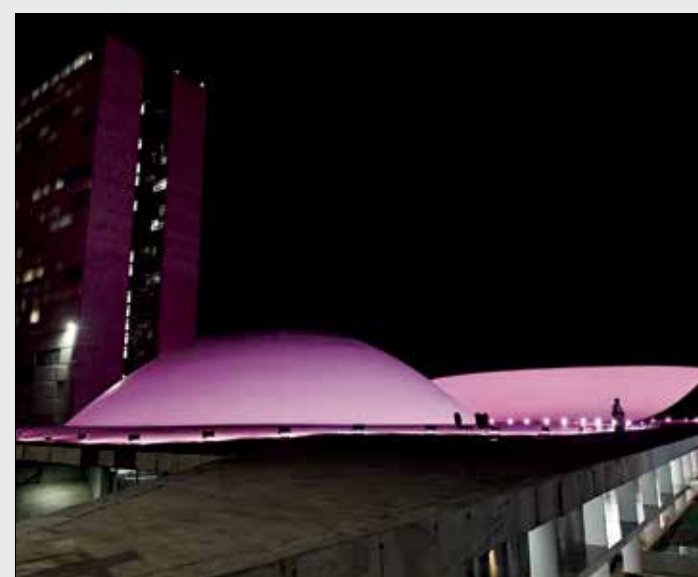
### Em 1912, país teve dois Carnavais devido à morte de Rio Branco

O Barão de Rio Branco era ministro das Relações Exteriores havia mais uma década quando morreu, em fevereiro de 1912, faltando apenas uma semana para os festejos carnavalescos. O luto levou os clubes, em sinal de respeito, a adiar os bailes para abril. População, contu-

do, caiu na folia em ambos os meses, sendo que o primeiro Carnaval foi apenas na rua. Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que, apesar de os foliões não terem guardado o luto, o Barão do Rio Branco tinha, de fato, o status de herói nacional. **4**

### IFI aponta economia de R\$ 15 bi ao ano com restrição de abono

Estudo da Instituição Fiscal Independente afirma que a restrição de pagamento do abono salarial, prevista pelo governo na PEC da Reforma da Previdência, pode gerar uma economia de R\$ 15 bilhões ao ano. O benefício, que hoje é pago para quem ganha até dois salários mínimos, seria garantido apenas para quem ganha um salário. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

**A** fachada do Congresso Nacional ganhou a cor rosa na sexta-feira, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Autora do pedido para a iluminação especial, a senadora Rose de Freitas disse que a cor deve servir de alerta para os casos de violência contra a mulher no país.





Parlamentares lembraram que as trabalhadoras têm rendimento médio 26% menor do que o dos trabalhadores

## Twitter: senadores lamentam violência contra a mulher

O Dia Internacional da Mulher foi lembrado na rede social por diversos parlamentares, que destacaram a importância da luta contra a violência, por respeito e pela igualdade de direitos

O DIA INTERNACIONAL da Mulher foi lembrado na sexta-feira por muitos senadores na rede social Twitter. Senadores e senadoras homenagearam e parabenizaram as mulheres, e destacaram a importância da luta pela igualdade de direitos e, principalmente, do combate à violência.

A presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), lamentou “mais um 8 de Março repleto de dados sobre violência, desigualdade e desrespeito”. Por isso, argumentou a senadora, a participação da mulher na política é fundamental. “Não ao retrocesso de acabar com a cota para mulheres nas eleições”, completou.

Na opinião de Rose de Freitas (Pode-ES), “não há grande evolução no combate à violência contra a mulher, pois muitas mulheres ainda morrem por conta disso”. Rose registrou que, apesar de existirem leis que punem o agressor, a cultura secular da discriminação e da raiva ainda perdura. Segundo Kátia Abreu (PDT-TO), “é dia de cobrar mais direitos e respeito e menos machismo e violência”.

Eliziane Gama (PPS-MA) também felicitou as “mulheres

lutadoras e incansáveis” do Brasil. A senadora ponderou que ainda há “muito que avançar na participação política, na ocupação de espaços no mercado de trabalho e, sobretudo, na luta contra o feminicídio”.

Mara Gabrielli (PSDB-SP) parabenizou as mulheres que continuam lutando por igualdade salarial, por acesso a políticas públicas decentes, pelo fim da discriminação e da violência, pela liberdade e pelo direito de viver como quiser.

### Respeito

Para Angelo Coronel (PSD-BA), mulher é sinônimo de competência, amor, paz, incentivo, companheirismo, independência e muito mais.

Dário Berger (MDB-SC) registrou que a data é para celebrar as conquistas da mulher, e que “ainda precisamos evoluir muito”. Luis Carlos Heinze (PP-RS) disse que “caminhamos lado a lado, na construção de um mundo melhor”. Major Olimpio (PSL-SP) desejou um dia feliz para todas as mulheres.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pediu que todas as mulheres sejam respeitadas, amadas e preservadas nos 365 dias do ano. Para Jaques Wagner (PT-BA), o direito de

ganhar salários iguais, de não ser julgada pelas roupas que usa, de ocupar espaços de poder e liderança, e de ter seus direitos, opiniões e liberdades respeitadas são bandeiras que têm seu total apoio.

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que o país vai demorar 100 anos para equiparar o salário de homens e mulheres. Humberto Costa (PT-PE) disse que a data deve servir para reforçar a luta por “direitos diante de tempos tão sombrios”. Romário (Pode-RJ) pediu uma atenção especial às mulheres com deficiência, “que mesmo com limitações físicas, contribuem igualmente para nossa sociedade”.

Eduardo Braga (MDB-AM) lamentou as estatísticas nacionais que mostram que uma mulher é estuprada a cada dez minutos no Brasil e uma trabalhadora ter renda média 26% menor que um trabalhador masculino. A luta contra a discriminação e a violência doméstica tem que ser diária, acrescentou.

Paulo Rocha (PT-PA) celebrou a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) como um importante instrumento de combate à violência contra a mulher.

## Kajuru condena desigualdade de gênero e agressividade masculina

Na sexta-feira, Dia Internacional da Mulher, Jorge Kajuru (PSB-GO) destacou a grande desigualdade entre homens e mulheres que persiste no Brasil. Apesar de serem 51,6% da população, exemplificou o senador, elas ocupam menos de 15% dos assentos do Senado.

— É fundamental a valorização da mulher. Parece que regredimos aos tempos da caverna, tal o grau da irracionalidade masculina, que tem como uma de suas



vertentes a agressão covarde à figura feminina— afirmou.

O senador lembrou medidas legais criadas para dar proteção às mulheres, como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006), que qualificou como crime a violência doméstica e a alteração do Código Penal, em 2015, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e incluí-lo no rol dos crimes hediondos (Lei 13.104, de 2015).

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

#### CDH Previdência rural

9h Audiência pública para debater Previdência e trabalho, com foco na Previdência rural. Entre os convidados, representantes do MST e da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contag).

#### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

#### CAE FGTS

10h Análise do projeto que autoriza o uso do FGTS para quitar financiamento de pais ou filhos (PLS 337/2015).

#### CTEC Pedido de audiência pública

11h30 Análise de requerimento.

#### CAS Propaganda de cigarros

9h Na pauta de 9 itens, o PLS 769/2015, que veda a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confirmam sabor e aroma a esses produtos.

TERÇA

QUARTA

#### CDR Segurança de barragens

9h Lançamento da publicação referente à Política Nacional de Segurança de Barragens, que foi analisada pelo colegiado em 2018. Depois, debate sobre as ações da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Estão convidados o presidente da autarquia, Marcos Derzi, e o diretor de Governo do Banco do Brasil, Ênio Ferreira.

#### CCJ Inquérito eletrônico

10h O PLS 128/2018, que determina que o inquérito policial será eletrônico, com peças assinadas digitalmente, e armazenado em sistema informatizado nacional, é um dos 11 itens.

#### SESSÃO ESPECIAL Folha de S.Paulo

9h Comemoração dos 98 anos da Folha de S.Paulo.

#### SESSÃO ESPECIAL Imigrante italiano

15h Comemoração do Dia do Imigrante Italiano, celebrado em 21 de fevereiro, data em que o primeiro navio de pioneiros chegou ao Brasil, em 1874.

QUINTA

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Colegiado pode votar FGTS para quitar imóvel

Projeto, que terá votação final amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos, permite o resgate do fundo para saldar débitos de pais ou filhos do trabalhador titular da conta

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) pode votar amanhã, a partir das 10h, projeto que permite o resgate do FGTS para quitação de débitos de imóveis de pais ou filhos do trabalhador que for o titular da conta. Pelo texto do PLS 337/2015, o saldo pode ser usado para a quitação ou amortização do saldo devedor de financiamento de imóvel, o pagamento de dívida de imóvel rural e a aquisição de imóvel pertencente à família do titular que seja objeto de inventário. Nesse último caso, um dos herdeiros pode comprar as partes dos demais com recursos do fundo.

## Emendas

A proposta, apresentada originalmente pelo ex-senador Donizeti Nogueira, já foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e tem votação final na CAE — só irá a Plenário se houver requerimento para isso.



De acordo com a proposta, o saldo do FGTS poderá ser usado para quitar ou amortizar financiamento de imóvel

O relator, Elmano Férrer (Pode-PI), apresentou voto favorável ao projeto, com as emendas de redação já aprovadas na comissão anterior. Para o senador, o texto aperfeiçoa a Lei do FGTS (Lei

8.036, de 1990), porque cumpre a função social do fundo, permitindo ao trabalhador a formação de uma reserva monetária que possa ser utilizada em situações “de alta importância pessoal”.

Outro projeto que está na pauta da CAE é o PLC 93/2015, que assegura aos radialistas piso salarial fixado anualmente e flexibilização da jornada de trabalho, mediante acordo ou convenção coletiva.

O projeto tem voto favorável do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), na forma de um substitutivo.

O texto original propunha um piso salarial nacional para os radialistas com jornada de trabalho de 30 horas semanais. Na Câmara dos Deputados, o projeto sofreu alterações, assegurando o piso salarial fixado com periodicidade mínima anual, tendo como referência a jornada de trabalho e os respectivos setores de atuação. Dessa forma, foi retirada do texto a previsão de piso salarial nacional, o que possibilitou a existência de pisos regionais.

Para o relator, a fixação de um piso salarial nacional esbarra em dificuldades pelas diferenças regionais, pelas características da profissão e pelas diferenças de porte entre as empresas. Bezerra alterou o projeto para que não apenas o piso salarial, mas também a jornada de trabalho possa ser determinada pela negociação.



Audiência pública foi pedida por Paulo Paim, que preside a comissão

## Trabalho e Previdência rural serão tema de debate hoje

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará audiência hoje, às 9h, para debater Previdência e trabalho, com foco na área rural.

Proposta pelo governo federal, a reforma da Previdência altera a idade mínima para a aposentadoria de trabalhadores rurais. Atualmente os homens se aposentam com 60 anos e as mulheres, com 55. Com a reforma, todos passarão a se aposentar com 60 anos.

Considerados segurados especiais no sistema de aposentadoria rural, os trabalhadores rurais terão que contribuir anualmente com R\$ 600 por pelo menos 20 anos para se aposentar. Na legislação atual, é previsto um tempo mínimo de atividade rural de 15 anos.

A reunião, solicitada por Paulo Paim (PT-RS), deve ter a presença do coordenador-geral da Confederação

Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contraf Brasil), Marcos Rochinski, da coordenadora-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (Fetraf-RS), Cleonice Back, e da advogada Jane Berwanger.

Também participarão representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil); do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA Brasil), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar).

## Restrição em abono salarial pode render R\$ 15 bi ao ano

A mudança proposta pelo governo para o pagamento do abono salarial — com o benefício garantido apenas para quem ganha um salário mínimo por mês, em vez dos dois permitidos atualmente — pode gerar economia de pelo menos R\$ 15 bilhões anuais aos cofres públicos, ou de R\$ 150,2 bilhões em uma década.

O cálculo foi divulgado em nota técnica da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. No documento, a IFI avalia o impacto das mudanças sugeridas para o pagamento do abono salarial na proposta de reforma da Previdência encaminhada pelo governo ao Congresso (PEC 6/2019).

Hoje o abono é regido pela Lei 7.998, de 1990, que criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador e regula o seguro-desemprego e o abono salarial, e pela Lei 13.134, de 2015, que instituiu o pagamento proporcional. A PEC insere na Constituição as regras já previstas na legislação comum (pagamento proporcional aos meses trabalhados e mínimo de cinco anos inscrito no PIS/Pasep).

De acordo com a nota, que coletou dados do Ministério do Trabalho, de 2010 a 2017, em média 5,6% da população formal ocupada — cerca de 2,6 milhões de trabalhadores — recebia remuneração de um salário mínimo.

Outros 44%, ou 21 milhões de pessoas, recebiam até dois salários.

Desde 2015, o abono salarial não garante mais um salário mínimo integral anual ao trabalhador formal, mas sim proporcional ao período que ele permaneceu vinculado a um contrato de trabalho. Isso dá um benefício médio de R\$ 714 em 2017 e de R\$ 743 em 2018, em vez do salário mínimo integral de R\$ 937 e de R\$ 954, respectivamente. O resultado, no cálculo da IFI, é uma despesa de menos de R\$ 2 bilhões, concedidos aos que recebem até um salário mínimo, e de pouco mais de R\$ 15 bilhões para os que recebem até dois salários, totalizando um custo de R\$ 17 bilhões anuais com o abono salarial.

Ao diminuir a faixa salarial de referência para a concessão do benefício, a PEC restringirá a quantidade de trabalhadores contemplados com o benefício já a partir da vigência da nova regra, sem um “estoque” de beneficiários que continuará recebendo pela regra antiga, destaca o diretor da IFI Gabriel Barros.

“A economia de cerca de R\$ 15 bilhões por ano (R\$ 17 bilhões menos R\$ 2 bilhões) é uma aproximação do potencial de ganho fiscal quando adotada metodologia de cálculo mais simplificada”, afirma no documento.

## Projeto proíbe cigarros com sabor e aroma e padroniza maços

Projeto que aumenta as restrições à produção, apresentação e comercialização de cigarros e outros produtos ligados ao fumo pode ser votado na quarta-feira. O texto está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 769/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), veda a propaganda de cigarros e outros produtos para o fumo e proíbe o uso de aditivos de sabor e aroma. Além disso, padroniza as embalagens de cigarro, consideradas uma forma de publicidade, e prevê como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de 18 anos.

Mesmo com a lei que proibiu a propaganda de cigarros na TV e em veículos de comunicação de massa (Lei 12.546, de 2011 ou Lei Antifumo), a publicidade ainda existe nos expositores, nos locais de venda, nas embalagens, nas redes sociais e em eventos.

O relator, Humberto Costa (PT-PE), diz que aditivos como o mentol, por exemplo, podem entorpecer a garganta e facilitar a adaptação de iniciantes ao fumo.

O senador sugere a aprovação do texto com emendas. Se aprovado na CAS, o texto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão final.



# Morte de Rio Branco fez Brasil ter dois Carnavais em 1912

Lendário ministro das Relações Exteriores morreu em fevereiro, faltando uma semana para os festejos carnavalescos, o que levou clubes, em sinal de respeito, a adiar os bailes para abril. População, contudo, ignorou luto e caiu na gandaia nos dois meses

Ricardo Westin

OS FOLIÕES NUNCA se esbaldaram tanto quanto em 1912. Nesse ano, o Brasil teve dois Carnavais. O primeiro foi em fevereiro, seguindo o calendário regulamentar. A festança se repetiu em abril, com outros cinco dias de fantasia, confete e serpentina.

As origens do Carnaval em dobro em 1912 estão, paradoxalmente, na morte de um herói nacional. O Barão do Rio Branco, que era o ministro das Relações Exteriores havia quase uma década, morreu em 10 de fevereiro, um sábado, quando faltava uma semana para o Carnaval. Ele tinha 66 anos e foi vítima de insuficiência renal.

O Brasil caiu em luto. No Rio de Janeiro, então capital da República, uma multidão chorosa fez fila no Palácio do Itamaraty para o velório e acompanhou o caixão até o Cemitério do Caju, onde Rio Branco foi enterrado com honras de chefe de Estado.

Dada a comoção generalizada, os clubes do país que organizavam bailes à fantasia, em especial os do Rio, acharam que seria desrespeitoso promover a esbórnica em pleno período de luto. Por isso, decidiram cancelar os bailes em cima da hora e remarcá-los para a semana da Páscoa.

## Lança-perfume

O problema é que, para os foliões mais afoitos, um mês e meio seria uma espera longa e torturante demais. Quando chegou o sábado de Carnaval, eles concluíram que uma semana de luto por Rio Branco já tinha sido suficiente. Vestiram fantasias e foram para as ruas munidos de confete, serpentina e lança-perfume

(que só seria proibido em 1961, pelo presidente Jânio Quadros).

Passada a Quaresma, veio a segunda rodada de festejos. No Carnaval bônus, a gandaia foi mais diversificada do que no primeiro. Os foliões puderam se divertir tanto nas guerras de confetes nas ruas quanto nos bailes de máscaras nos clubes.

## Herói nacional

Apesar de não ter funcionado, a ideia de adiar o Carnaval por causa da morte de Rio Branco não chegava a ser descabida. Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que, de fato, o Barão do Rio Branco tinha o status de herói.

Em 1904, quando ele já era ministro, os senadores e os deputados aprovaram um projeto de lei que lhe concedeu uma pensão vitalícia de 2 contos de réis mensais pelo “reconhecimento aos invidáveis serviços prestados ao país”.

O senador Arthur de Souza Lemos (PA), num relatório de 1910 a respeito de um tratado entre o Brasil e o Uruguai negociado por Rio Branco, classificou o ministro de “legendário” e destacou o seu “tato delicadíssimo” nas negociações internacionais.

O grande feito de Rio Branco foi ter concluído o traçado das fronteiras do Brasil, que ainda tinha linhas nebulosas e pendentes. Antes de ser ministro, apenas como diplomata, ele atuou nas arbitragens internacionais que garantiram ao país o oeste de Santa Catarina (disputado com a Argentina), em 1895, e a área que compreende o Amapá, Roraima e o norte do Pará e do Amazonas (disputada com a França), em 1900.

## Incorporação do Acre

Graças ao sucesso nas duas missões, Rio Branco se tornou ministro das Relações Exteriores em 1902. Logo viria outro êxito. Em 1903, após intensas negociações, assinou com a Bolívia o Tratado de Petrópolis, que incorporou o Acre ao território nacional.

De acordo com o historiador e diplomata Luís Cláudio Villafañe G. Santos, autor da biografia *Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco* (editora Companhia das Letras), não é exagero considerá-lo herói:

— Se juntarmos todas as áreas que Rio Branco ganhou para o Brasil, teremos um território equivalente a toda a Região Sul mais o estado de Pernambuco. Não é pouca coisa. Além disso, é preciso lembrar que,



Em foto publicada pela revista *O Malho*, cariocas se divertem no segundo Carnaval de 1912



Charge publicada após morte de Rio Branco mostra brasileiro dividido entre o luto e a folia



Para parte da imprensa, quem pulou o 1º Carnaval de 1912 desrespeitou Rio Branco

na disputa com os franceses, o pleito deles era chegar até o Rio Amazonas. Foi graças a Rio Branco que isso não aconteceu.

## Quase presidencial

Dado o seu prestígio, ele foi convidado pelos caciques políticos de São Paulo para concorrer à Presidência da República em 1910, mas não aceitou. Em seu lugar, entrou Ruy Barbosa, que foi derrotado pelo marechal Hermes da Fonseca.

O Barão do Rio Branco vinha de uma família influente na política do Império. Seu pai era o Visconde do Rio Branco, o primeiro-ministro de dom Pedro II que coordenou a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871).

Segundo documentos do Arquivo do Senado, o senador Quintino Bocayuva (RJ) fez um discurso em maio de 1912 homenageando o recém-finado ministro das Relações Exteriores:

— Rio Branco foi, durante sua vida e depois de sua morte, a mais alta e a mais gloriosa representação da nacionalidade brasileira e um símbolo venerado do mais puro acendrado patriotismo. Seu nome ficou indelevelmente gravado no bronze de nossa história pátria.

Na Mensagem Presidencial que enviou ao Congresso na abertura do ano legislativo de 1912, também em maio, o marechal Hermes da Fonseca

lamentou a perda:

“Todas as homenagens são devidas à memória do integrador do território pátrio. O meu governo a ele prestou, no momento dos seus funerais, toda as honras que podia, certo de que, por maiores que elas fossem, ainda seriam poucas em comparação aos excelsos serviços prestados ao país pelo incomparável extinto”.

Meses depois, o Senado e a Câmara autorizaram o governo federal a gastar 1,5 mil contos de réis na construção de um monumento em homenagem ao ministro.

## Três Carnavais

No Rio, o grande ponto de concentração do primeiro Carnaval de 1912 foi a Avenida Central. No segundo Carnaval daquele ano, a multidão voltou a se reunir na mesma via, rebatizada pela prefeitura de Avenida Rio Branco. Nos festejos derradeiros de 1912, um grupo de cariocas gaiatos saiu com a seguinte marchinha: “Com a morte do barão,/tivemos dois Carnavá./Ai, que bom,/ai, que gostoso/se morresse o marechá”.

O raciocínio era bem simples: na hipótese do presidente morrer, 1912 teria três Carnavais.

**SAIBA MAIS**  
Veja mais imagens do Carnaval de 1912:  
<http://bit.ly/Carnaval1912>



Revista noticia morte do Barão do Rio Branco em fevereiro de 1912: herói nacional